

Bruxelas, 22 de junho de 2016
(OR. en)

9720/16

COPEN 185
EUROJUST 70
EJN 37

NOTA

de:	Olivér Várhelyi, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário/Representante Permanente da Hungria junto da União Europeia
data:	1 de junho de 2016
para:	Christine Roger, Diretora-Geral, Conselho da União Europeia

Assunto:	Decisão-Quadro 2008/947/JAI do Conselho, de 27 de novembro de 2008, respeitante à aplicação do princípio do reconhecimento mútuo às sentenças e decisões relativas à liberdade condicional para efeitos da fiscalização das medidas de vigilância e das sanções alternativas - Notificação especial enviada pela Hungria
----------	---

Senhora Diretora-Geral,

Nos termos do artigo 3.º, n.º 1, da Decisão-Quadro do Conselho em epígrafe, cada Estado-Membro informa o Secretariado-Geral do Conselho sobre a autoridade ou as autoridades que, segundo a sua legislação nacional, são competentes nos termos da presente decisão-quadro, quando esse Estado-Membro for o Estado de emissão ou o Estado de execução.

Queira encontrar, em anexo à presente nota, as secções pertinentes da Lei CLXXX de 2012 (relativa à cooperação em matéria penal entre os Estados-Membros da União Europeia), que determinam as autoridades competentes quando a Hungria é o Estado de execução. Nos casos em que a Hungria é o Estado de emissão, o tribunal que impôs a medida ou a sanção alternativa fica autorizado a enviar a decisão executória e a certidão ao Estado de execução.

(Fórmula de cortesia)

(assinatura) Olivér Várhelyi

Lei CLXXX de 2012 sobre a cooperação com os Estados-Membros da União Europeia
em matéria penal (Lei UE)

Secção 137

4. O tribunal distrital que funciona na sede do tribunal competente, em virtude do local de residência permanente ou habitual da pessoa condenada e, em Budapeste, o Tribunal Distrital Central de Buda (Budai Központi Kerületi Bíróság) tomam medidas para o reconhecimento e a execução da decisão do Estado-Membro que impõe uma sanção alternativa.

5. Se a pessoa condenada não tiver residência permanente ou habitual na Hungria e solicitar que sejam as autoridades húngaras a executar a medida de vigilância, trabalho a favor da comunidade, proibição de assistir a eventos desportivos ou trabalho realizado a título de indemnização referidos na decisão juridicamente vinculativa do Estado-Membro, e se a pessoa condenada demonstrar que tem familiares próximos ou laços culturais ou económicos com a Hungria, o Tribunal Distrital Central de Buda decide do reconhecimento e execução da decisão do Estado-Membro que impõe a sanção alternativa, desde que essa decisão, juntamente com a certidão referida no Anexo 10, tenha sido enviada ao tribunal em húngaro.